



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ

**INTERVENÇÃO NO DIA DA CIDADE COVILHÃ-SESSÃO SOLENE 20/10/2024**

**Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia, Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal, Ex. mos Srs. Vereadores, Ex. mos Srs. Deputados da Assembleia Municipal, Exmos Senhores Convidados presentes de instituições civis, paramilitares, militares e religiosas, minhas senhoras e meus senhores, cidadãos e cidadãs deste concelho.**

A nossa cidade, desde o foral de D. Sancho I, como vila e o concelho de que é sede, têm uma génese histórica, marcada pela força popular, caracteres democráticos imanentes, reconhecidos e explícitos nesse mesmo foral, pela insubmissão deste povo, que levou o rei ao reconhecimento da autonomia municipal e ao estabelecimento de uma organização de poder local democrática de que os poderosos da época medieval, clero e nobreza, estavam afastados. Nem podiam ter morada nesta, então, vila. Só não tinha ainda a categoria de cidade porque não residia aqui o bispo, pois claro, embora outras mais pequenas e menos desenvolvidas a tivessem, por causa disso.

Já então era, o foral assim o prova, uma Covilhã multicultural. Judeus e mouros são nomeados diversas vezes e tinham privilégios jurídicos na actividade comercial que aqui podiam exercer e cá moravam. Sabemos isso por esta fonte histórica e também por muitas outras, factuais. Até aos anos 20 do século passado a força da comunidade judaica era notória, a nível económico e cultural. O que essa comunidade contribuiu para a formação, desenvolvimento e reconhecimento do facto de nos tornarmos cidade! Resistiu e sobreviveu à Inquisição e integrou-se, ainda que lhe tenha custado tornar-se cristã-nova.

O fascismo no século XX apagou esta comunidade renascida no liberalismo monárquico e da I República. A nova Inquisição, de nome PIDE, também os perseguiu. Hoje, a Covilhã judaica não está muito visível, mas está culturalmente presente e, caso curioso, também nos nossos genes, já que a ciência da genética das populações confirmou o que a História e a Arqueologia há muito diziam. Somos, como portugueses e covilhanenses, irmãos e primos de todos os outros seres humanos,

desde a Pré-História. E estes processos de miscigenação biológica e cultural continuarão.

A Covilhã cresceu, cresceu muito, até ser a quinta povoação do reino no tempo de D. Sebastião e no tempo dos Filipes seria a maior e mais desenvolvida vila do reino. Todos sabemos porquê. O carácter laborioso, empreendedor e inovador deste povo explica tal facto, que aliado às condições naturais do relevo, hidrologia e clima, propiciavam o crescimento económico, que continuou também por acção de governantes como o conde da Ericeira e o Marquês de Pombal.

Aqui, quando D. Luís reconhece o carácter e a dignidade urbana, já os actores do capital e do trabalho, a burguesia e o operariado nascente, em dialéctica, isto é, oposição, diálogo e sínteses, tinham iniciado a revolução industrial e os da Covilhã fiavam e teciam como nunca o tinham feito, as primeiras máquinas a vapor estavam aqui. A Covilhã era a terceira maior contribuidora para o orçamento do governo do reino. Foram estes factores de desenvolvimento que fizeram avançar e crescer esta urbe serrana, única na sua geografia e com as suas gentes que continuavam e continuam insubmissas, inovadoras e competentes.

O povo do trabalho rural, como sempre, continuava a alimentar a cidade. Todos os dias aqui chegavam os produtos alimentares e o carvão de torga e de azinho. Alimentavam os fogareiros domésticos, as máquinas a vapor das fábricas e o estômago das gentes. A cintura de influência da cidade ia muitos quilómetros para lá do horizonte visível do Castelo ou das Portas do Sol, abrangia todos os concelhos vizinhos. Também é este povo que trabalha, criando a sua identidade histórica, na indústria têxtil, nas minas e na agricultura, que é explorado e vive no fio da navalha, no limite da sobrevivência, em tempos de acentuada exploração laboral, já pelo século XX adiante.

É esse espírito insubmisso que se manifesta nas lutas laborais, pelo pão e pela liberdade, durante todo o regime ditatorial e fascista de 1926 a 1974 nos tempos da protecção estatal oferecida aos patrões com a repressão policial das greves e a certeza de mercados protegidos. Acentua-se a diferenciação social, cria-se um caldo de tensão que se entornava sempre que se agudizavam as condições de trabalho e a exploração aumentava. O fascismo tinha ferido de morte a possibilidade de dialéctica social e impunha a sua visão do trabalho e do capital no esquema corporativista com os sindicatos nacionais e os grémios.

O operariado da Covilhã teria que fazer resistência à ditadura e nessa atitude foi exemplar e fez História. Durante muitos anos, na clandestinidade, com a força organizativa do PCP e outros democratas. Resistiu, lutou e não se submeteu, muitas foram as jornadas de luta ao longo de décadas: nas Minas da Panasqueira, nas fábricas de lanifícios da Covilhã, Tortosendo, Unhais, Teixoso e nos campos do vale do Zêzere. Foram milhares de resistentes. Nesses processos de lutas laborais, cívicas e políticas, 510 cidadãos, *defensores da democracia, liberdade e justiça* sofreram o encarceramento nas masmorras da PIDE, alguns estiveram lá anos, condenados por quererem exercer algumas das liberdades fundamentais e muitos outros nas prisões das restantes forças policiais e militarizadas.

Em 25 de Abril de 1974, o povo apoiou imediatamente os militares de Abril, encheu o Pelourinho, praça de tantas lutas e festas ao longo da História, central e identitária no coração dos covilhanenses e transformou, em Revolução Democrática o que seria um mero golpe de Estado. As profundas transformações que se seguiram a todos os níveis, revelaram uma enorme criatividade e abriram as portas da revolução que rompeu novos caminhos para a democracia, a liberdade, a igualdade, a paz e o desenvolvimento.

O Povo quer a Igualdade em dignidade e direitos, salvaguardados por instituições políticas e oportunidades de desenvolvimento integral da pessoa, acessíveis a todos, sem quaisquer discriminações, de origem geográfica, etnia, sexo, idade, condição física. O povo quer Liberdade a sério, Dignidade a sério, Paz, Pão, Educação, Saúde, Habitação, Cultura, isto é, direitos e princípios fundamentais que, pela vontade do mesmo, estão consagrados na Constituição da República Portuguesa saída do 25 de Abril de 1974 e nos quais radica o futuro de Portugal.

Comemoramos 50 anos de Abril. Valeu a pena lutar sim, mas não está completa a promessa de Abril que falta cumprir, e muito ainda. Abril requer luta, pela democracia, todos os dias.

Apesar de tudo, metade da população do concelho ainda vive em freguesias rurais, dispersas pelos 555 quilómetros quadrados de área. Mas...e a Igualdade? Queremos que as desigualdades não se acentuem; cidade-campo-aldeias, não vemos no concelho a replicação da dualidade do país litoral-interior.

Nos transportes, de Casegas, Sobral de S. Miguel, S. Jorge da Beira e Verdelhos paga-se o triplo do passe da área metropolitana de Lisboa para os mesmos quilómetros e no nosso concelho há desigualdade entre

os moradores das aldeias e os da cidade: no espaço urbano, com outro sistema e empresa de transportes é mais barato.

Encerrar escolas e estações de correio, é minguar a vontade de viver, investir e fazer vida nas freguesias rurais. Tal como não ter espaços verdes de lazer e desporto na zona onde se vive e não ter acesso a serviços bancários, multibancos e estações de correios que têm vindo a ser retirados.

Nas telecomunicações: nas freguesias rurais há dificuldades, há locais sem telemóvel nem banda larga que são espaços em branco.

A mobilidade rodoviária inter e intra-concelhia tem muitas obras ainda na agenda, pelo estado degradado de diversas vias.

No acesso à saúde, consultas, extensões de saúde sem médicos durante tempos insuportáveis. Existem na Covilhã 4 065 utentes sem médico de família e 1853 idosos, também em lista de espera por não existirem lares Públicos.

Temos uma escola pública, do Pré-Escolar ao Secundário, com menos 3 605 alunos do que em 2009, frequentada por 68 nacionalidades, mas com uma UBI a crescer.

Mas, não há creches públicas para as 326 crianças em lista de espera, outras, muitas, sem os auxílios económicos que nunca chegaram e o serviço de refeições a funcionar ao lado de casas de banho ou em salas adaptadas. E ainda temos escolas do primeiro ciclo, desactivadas e sem perspectiva de reabertura quando volta a ouvir-se nas ruas das aldeias a voz das crianças. E os parques infantis, já recuperados alguns, serão suficientes?

E a sanidade pública, instalações sanitárias, o mau estado em muitas localidades, a ruína de instalações sanitárias e o desinvestimento de vários anos neste campo. É o inacreditável regresso à Idade Média na sanidade pública? Mesmo na cidade? Nada recomendável no cartaz turístico.

Vivemos hoje, neste aniversário, num concelho com redução de população com um saldo natural negativo. Algum crescimento, nos últimos tempos, à custa dos movimentos migratórios. E cito dados do Radar Covilhã – Diagnóstico Social do mês passado:

Uma população envelhecida, 286,8 idosos por 100 jovens, aqueles com uma pensão média mensal de 421 €.

Temos algum crescimento económico, próximo do crescimento da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela e da Região

Centro, com aumento da escolaridade dos trabalhadores por conta de outrem, mas o mercado de trabalho na Covilhã tem uma taxa de atração negativa inferior à da Região Centro e da CIMBSE.

Não atraímos e continuamos a perder população e trabalhadores qualificados para o litoral e estrangeiro. Que razões, além das mencionadas, estarão subjacentes a esta mobilidade, que nos prejudica?

Será ainda o facto do rendimento médio dos trabalhadores na Covilhã ser inferior aos valores médios da Região Centro e do País? Apesar do saldo económico (comercial) positivo da economia do concelho!

Ou o facto do mercado de arrendamento na Covilhã ter crescido, no período 2019 -2021, 12,3%, e o rendimento declarado por agregado fiscal cresceu uns meros 4,7%?

Defender hoje o aumento de salários e pensões, mais investimento na saúde e na escola pública, defender redes públicas de creches e de lares e equidade concelhia na mobilidade, é condição fundamental para o nosso desenvolvimento, para o desenvolvimento do nosso Concelho e para o bem-estar de todos os que residem no Concelho da Covilhã.

Nós, povo, em sentido lato, não somos apenas os do caderno de queixas, os “calimeros” referidos em algumas conversas, os anti- qualquer coisa, exclusivamente. Somos os que não se submetem e a igualdade queremos-la de facto, cumprida, não apenas de direito.

Continuaremos a lutar. E temos a esperança de que os 50 anos ininterruptos de democracia, 154 de cidade, 838 de município dão-nos, à Covilhã, uma raiz, uma identidade e uma vontade e são o alicerce das transformações e do desenvolvimento que queremos e saberemos construir.

Casimiro Santos  
(do Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV)